



FR.2024.1964

Nº IBAMA 02001.012922/2024-61

Belo Horizonte, 29 de julho de 2024.

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

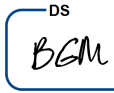
COM CÓPIA PARA A CÂMARA TÉCNICA DE BIODIVERSIDADE (CT-BIO)

A/C: ILMO. SR. COORDENADOR FREDERICO DRUMOND MARTINS

REF.: *Manifestação ao Item 2.1 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Nota Técnica CT-Bio nº 06/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio*

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por sua representante abaixo assinada, **manifestar-se acerca do item 2.1 da Pauta da 78ª Reunião Ordinária**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF"), nos termos que se seguem.

1. O referido item de pauta se refere à recomendação de aprovação da Nota Técnica nº 6/2024/CTBio/DIBIO/ICMBio ("Nota Técnica nº 6"), elaborada pela Câmara Técnica de Conservação da Biodiversidade ("CT-Bio") Após a publicação da "Nota Técnica nº 6", em 25.06.2024 e em 02.07.2024, foram realizadas duas reuniões, a primeira com CT-Bio e a FAPEMIG para explicar os fluxos estabelecidos e, posteriormente, com coordenadores das linhas de pesquisa financiadas para os projetos em debate.



2. Como material de apoio do presente este item de pauta da 78ª Reunião Ordinário do CIF, a CT-Bio encaminhou a seguinte minuta de deliberação:

" 1 - Aprovar a Nota Técnica nº 06/2024, referente aos Relatórios (Ano 3) do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática (PMBA), na porção mineira do rio Doce, como atendimento parcial à Cláusula 165 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), apresentado pela Fundação Renova e executado por meio da Chamada Fapemig nº 10/2018 (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais); 2 - Determinar que a Fundação Renova proceda a:

a) Assegurar imediatamente o aporte de recursos adicionais necessários à consecução dos projetos, incluindo: i) os aditivos contratuais que se fizerem necessários, incluindo os valores cortados pela Fapemig quando da seleção dos projetos, reajustados para reposição de perdas decorrentes de mora desde o seu orçamento inicial; ii) liberação de todos os recursos remanescentes destinados à consecução do projeto disponíveis na Fundação Renova iii) permissão às fundações universitárias para que as linhas de pesquisa possam usar os rendimentos dos recursos de seus projetos, em qualquer rubrica; iv) permissão de livre remanejo de recursos entre as rubricas dos projetos;

b) Extensão contratual para desenvolvimento de atividades de campo e laboratoriais pendentes;

c) Assegurar a tempestividade da gestão financeira dos projetos da Chamada 10/2018, incluindo a disponibilização de analistas financeiros e administrativos adicionais e em número e regime de dedicação suficientes aos trabalhos, seja pela FAPEMIG ou, externamente, pela própria Fundação Renova para prestação de serviços à FAPEMIG e fundações de apoio universitárias;

d) Garantir a liberação emergencial de recursos diretamente às linhas de pesquisa, independentemente da FAPEMIG, sempre que campanhas de campo ou análises laboratoriais inadiáveis estiverem sob ameaça por mora da FAPEMIG ou Fundação Renova.

e) Disponibilizar analistas *ad hoc* em número e com especialização técnica suficientes à avaliação de cada uma das diferentes linhas temáticas, contemplando no mínimo um por linha.

3 - Determinar que a Fundação Renova e pesquisadores padronizem relatórios e seminários de resultados anuais, conforme os itens 4.3.1 e 4.3.2 da Nota Técnica nº 06/2024, ainda que por meio de instrumentos paralelos aos da FAPEMIG; 4 - Determinar que a Fundação Renova ministre um curso tutorial de preenchimento e fornecimento de planilhas no formato *Darwin Core* e demais padrões de dados físico-químicos e ecológicos para os envolvidos nas seis linhas de pesquisa dos projetos da FAPEMIG;

5 - Determinar que a Fundação Renova e os pesquisadores da FAPEMIG verifiquem e efetuem para o próximo relatório as demais sugestões apontadas ao longo da Nota Técnica nº 06/2024;



6 - Determinar que a Fundação Renova produza uma síntese dos resultados do PMBA mineiro em linguagem acessível à sociedade com resultados cumulativos, junto aos próximos relatórios anuais;

7 - Notificar a Fundação Renova pelo descumprimento da Cláusula 165 do TTAC por atraso nas entregas dos Relatórios (Ano 3) e planilhas de dados brutos; pelo cumprimento parcial do modelo de Relatório e, ainda, pelas lacunas na sequência temporal de monitoramento e perdas de dados decorrentes, que estão comprometendo a continuidade e completude do PMBA na porção mineira."

3. Em atenção à sugestão de encaminhamento dada pela CT-Bio, vem a FUNDAÇÃO tecer alguns esclarecimentos acerca do assunto, os quais entende que sejam importantes para a compreensão do contexto do assunto e para apoiar esse I. Comitê na tomada de decisão.

I – CONTEXTO FÁTICO ENVOLVENDO A NOTA TÉCNICA Nº 6

4. A Chamada FAPEMIG 10/2018 ("Chamada FAPEMIG") foi construída para atendimento à Cláusula 165 do TTAC na porção mineira do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática ("PMBA"), de acordo com a Deliberação nº 113, de 26.09.2017 e com a Nota Técnica DFAU/IEF/SISEMA nº 007/2017. O edital construído, assim como o sistema de governança estabelecido a partir dele, foi amplamente discutido e validado com a CTBio e com o Instituto Estadual de Florestas ("IEF").

5. No âmbito do sistema de governança estabelecido, **a FUNDAÇÃO atua como financiadora dos projetos, não tendo gerência sobre os planos de trabalho construídos pelas linhas de pesquisa, tampouco mecanismo de governança para validar ou invalidar os relatórios de pesquisa**, sendo que esta é uma responsabilidade da FAPEMIG, como exposto no edital e validado pela avaliação pela CT-Bio, em fevereiro de 2018 (**CONVÊNIO nº 10.291/2018 firmado entre a FAPEMIG e Fundação Renova, e CHAMADA FAPEMIG 10/2018**).

6. Os termos de acordo dos seis projetos selecionados pela Chamada FAPEMIG foram assinados, em sua maioria, no segundo semestre de 2020, sendo que se considerou, como "marco zero" dos projetos, dezembro de 2020. **No atual**

momento, já está ocorrendo execução do Ano 4, com a conclusão dos projetos dessa chamada em dezembro de 2025.

7. Inobstante algumas obrigações previstas no edital fossem da FAPEMIG ou do IEF – como o recebimento dos dados brutos, durante o ano de 2023 –, foram realizadas diversas conversas de alinhamento com os coordenadores das linhas de pesquisa, sugerindo e construindo melhorias para os processos de avaliação anual, **inclusive com a participação do IEF.**

8. É preciso dizer que a FUNDAÇÃO sempre teve uma abordagem proativa e de facilitação perante as linhas de pesquisa selecionadas para que as informações chegassem ao IEF e à CTBio na melhor maturidade possível.

II – CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS CONCLUSÕES TRAZIDAS PELA CT-BIO ATRAVÉS DA NOTA TÉCNICA Nº 6

9. Quanto ao **item “2.a)”** da minuta de deliberação sugerida pela CT-Bio, a FUNDAÇÃO reitera que, como já comunicado à CTBio em reunião, as fundações de apoio de cada linha de pesquisa não ficaram, em nenhum momento, sem recurso em caixa. Como explicado em reunião pelos coordenadores de cada linha de pesquisa, a FUNDAÇÃO desembolsou corretamente as parcelas, conforme convênio assinado entre as partes, de modo que a retenção de valores foi uma decisão única e exclusivamente das fundações de apoio de cada linha de pesquisa. Vale reiterar que o sistema de governança para execução desta chamada de pesquisa foi estabelecido pelo IEF/CT-Bio, e acatada pela FUNDAÇÃO no momento de definição da forma de cumprimento da Cláusula 165 do TTAC, pela FUNDAÇÃO, em Minas Gerais.

10. Conforme o convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre as partes, a liberação de novos aportes ocorre **apenas após** a FAPEMIG realizar a análise e validação das prestações de contas apresentadas pelos coordenadores das linhas de pesquisas. Posteriormente à aprovação da FAPEMIG, cada fundação de apoio ou coordenador de pesquisa submete à FUNDAÇÃO os documentos aprovados, que prontamente faz a liberação do recurso.

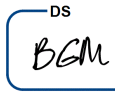
11. Os coordenadores podem realizar os remanejamentos de acordo com as regras institucionais de projetos aprovados pela FAPEMIG. Os projetos financiados pela "Chamada FAPEMIG" possuem liberdade para submeter mais de uma proposta de remanejamento, no entanto, esse remanejamento deve ser submetido e aprovado pela FAPEMIG –, seguindo as práticas de financiamento estabelecidas por essa instituição escolhida pelo CIF para gerir o monitoramento da biodiversidade aquática em Minas Gerais, nos termos da Deliberação nº 113.

12. Cumpre trazer a conhecimento do CIF, ademais, que a FAPEMIG vem apresentando problemas técnicos em seu sistema de avaliação de remanejamentos ("Everest"), que durante esse período há uma funcionária dedicada a receber e avaliar as solicitações dos coordenadores.

13. A liberação de recursos para as fundações de apoio, seguindo os acordos assinados, está condicionada à execução física e financeira dos projetos. As fundações de apoio possuem esse recurso depositado em sua conta e devem providenciar a liberação para os coordenadores executarem suas pesquisas, restando à FUNDAÇÃO novo aporte quando essa execução financeira ficar demonstrada. Assim, **caso seja necessário modificar o sistema de governança vigente, novos contratos ou ajustes contratuais será necessária a substituição dos termos vigentes, assim como a elaboração de um novo edital – isto é, desde que precedidos por uma nova deliberação do CIF, que substitua a Deliberação nº 113.**

14. Quanto ao aditivo de valor para suplementar o recurso destinado ao reajuste de bolsas que não estava previsto, assim como reajuste monetário e as demandas inicialmente não aprovadas pela FAPEMIG, a FUNDAÇÃO esclarece que o aditivo de valor se encontra em trâmite de aprovação interno, com prazo de conclusão para **2ª quinzena de setembro de 2024.**

15. O item "2.b)" da minuta de deliberação pede prorrogação de prazo e consequentemente aditivo de valor para a execução dos projetos da "Chamada FAPEMIG". Contudo, em cumprimento à Deliberação nº 113, a FUNDAÇÃO cumpriu o que foi estabelecido pelo CIF, nos mesmos termos do inciso III da Cláusula 165 do TTAC, que estabelece a estratégia de estudos dos monitoramentos durante 5



(cinco) anos. Assim, a FUNDAÇÃO entende que o item não encontra respaldo no acordo ou na determinação anterior do Comitê, não havendo qualquer justificativa para a referida prorrogação.

16. Quanto ao **item "2 c)"** da minuta de deliberação, reitera-se que o aditivo contratual referido acima contempla apoio de analistas financeiros e administrativo. Ainda assim, desde o início da Chamada FAPEMIG, está posto que **é dever da FAPEMIG avaliar a conformidade dos desembolsos do(s) projeto(s) de pesquisa**, por meio da análise da prestação de contas financeira, parcial e final, por parte de sua equipe técnica, conforme procedimento simplificado de prestação de contas estabelecido pela Portaria PRE FAPEMIG nº 21/2018 e o conforme Manual da FAPEMIG.

17. Considerando que o atraso na análise e aprovação das prestações de contas por parte da FAPEMIG estava impactando diretamente na liberação dos aportes subsequentes pela FUNDAÇÃO, prejudicando e impactando financeiramente a execução dos projetos de pesquisas realizada pelos coordenadores, a FUNDAÇÃO solicitou esclarecimentos à FAPEMIG acerca dos atrasos, por meio da notificação datada de 19.04.2024 (**Anexo I**), bem como enviou Plano de Ação para análise e aprovação das prestações de contas.

18. A FUNDAÇÃO não possui contrato direto, nem tampouco termo ou plano de trabalho firmado com as linhas de pesquisa. Sendo assim, **não é possível realizar o repasse ou liberação de qualquer recurso fora do fluxo previsto na Chamada FAPEMIG**. Ou seja, não há instrumento jurídico e financeiro que suporte a execução do **item "2 d)"** da minuta de deliberação, sendo que para isso seria necessário a construção de um novo plano de trabalho e parcerias com as fundações de apoio e a FAPEMIG com a definição de regras para novos aportes.

19. Quanto ao item "3" da minuta de deliberação, reforçamos que a FUNDAÇÃO não tem autonomia nas decisões de formato que devem seguir o estabelecido na Chamada FAPEMIG. As decisões apresentadas possuem caráter de recomendação, **sendo que a decisão final é encargo da FAPEMIG**. Assim, sugerimos que a determinação do CIF seja direcionada à entidade mencionada e não à FUNDAÇÃO.



20. O **item "6"** da minuta de deliberação, por sua vez, solicita que seja entregue a síntese dos resultados da Chamada FAPEMIG juntamente com os relatórios anuais. Como a referida demanda não está prevista nos planos de trabalho das linhas de pesquisa, a FUNDAÇÃO recebe as informações apenas no momento da entrega dos referidos relatórios.

21. Assim, é absolutamente necessário que a FUNDAÇÃO tenha um prazo factível para o consumo dessas informações e realização da transposição didática dos resultados, de modo que é inviável realizar essa entrega de forma conjunta. Desse modo, a FUNDAÇÃO solicita a concessão do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do seminário de acompanhamento anual, para publicação da síntese com linguagem acessível.

22. Por fim, quanto ao suposto descumprimento apontado no **item "7"** da minuta da deliberação, a FUNDAÇÃO reitera que não tem gerência sobre as entregas no modelo construído para a Chamada FAPEMIG, sendo este exatamente o fluxo de governança estabelecido pelo CIF. Nesse contexto, não é plausível que a FUNDAÇÃO seja notificada pelo descumprimento da entrega dos pesquisadores sob um fluxo da qual lhe foi retirada a gestão sobre as entregas e os executores da Cláusula 165 do TTAC na porção mineira.

23. Ora, é posto na Chamada FAPEMIG, que a FAPEMIG irá figurar como interveniente nos instrumentos a serem firmados dos projetos de pesquisa, avaliar os resultados dos projetos de pesquisa, organizar eventos e seminários para acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa. Dessa forma, **a FUNDAÇÃO não possui qualquer controle quanto à entrega ou não dos relatórios que são de responsabilidade da FAPEMIG**, assim, evidente que FUNDAÇÃO não poderia ser responsabilizada por eventual atraso ou descumprimento que não deu causa.

IV – CONCLUSÃO

24. Em razão de todo o exposto, a FUNDAÇÃO requer seja reconsiderada a notificação pelo atraso nas entregas dos relatórios e dados brutos, pois a governança que foi construída para fins de cumprimento da Cláusula 165 do TTAC

na porção mineira desvincula totalmente a FUNDAÇÃO o fluxo de entrega de tais relatórios e anexos, tanto em prazo como em formato de apresentação, sendo a FUNDAÇÃO apenas uma financiadora do referido edital e facilitadora no processo.

25. Da mesma forma, a FUNDAÇÃO entende que deve ser desconsiderado o motivo de notificação *“lacunas na sequência temporal de monitoramento e perdas de dados decorrentes, que estão comprometendo a continuidade e completude do PMBA na porção mineira”*, uma vez que a FUNDAÇÃO executa todos os ritos que lhe foram estabelecidos pelo CIF, de modo que eventuais lacunas de monitoramentos não são de sua responsabilidade, mas sim da FAPEMIG e das linhas de pesquisa selecionadas pela “Chamada FAPEMIG”, de acordo com as diretrizes da Deliberação nº 113, ou seja, indo além do poder de gestão da FUNDAÇÃO estabelecido pelo CIF para esse processo.

26. O item “2.b)” da minuta de deliberação fere o estabelecido no TTAC, no qual o inciso III da Cláusula 165 estabelece que a FUNDAÇÃO deve *“implementar e executar as medidas de monitoramento referidas nesta Cláusula num período de 5 anos, a partir da aprovação da proposta de estudos por parte do ICMBio”*. Assim, a conclusão dessa chamada foi estabelecida para ocorrer em dezembro de 2025, de maneira que estender a duração dos projetos extrapola o estabelecido no TTAC.

27. Ainda, sugere que seja desconsiderado o item “2 d)” da Minuta de Deliberação, pois a sua execução não estaria aderente ao fluxo existente e em andamento para atendimento à Cláusula 165 do TTAC na porção mineira, conforme trazido anteriormente.

28. A prorrogação do prazo, novos mecanismos de aporte financeiro, e a responsabilização da FUNDAÇÃO pela execução direta dos projetos de pesquisa diverge do estabelecido por esse Comitê na Deliberação nº 113, o que não poderia ser aceito, sob pena de comprometer a segurança jurídica do processo, que vem sendo corretamente observado pela FUNDAÇÃO.

29. Por fim, para a entrega dos relatórios previsto no item “6” da minuta de deliberação, a FUNDAÇÃO requer seja estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do seminário de acompanhamento anual, para publicação da

síntese com linguagem acessível.

Termos em que, pede e espera deferimento.

DocuSigned by:
Brigida Gusso Maioli
C5D97BFBA7C7408
FUNDAÇÃO RENOVA

Brigida Gusso Maioli

Gerência Socioambiental